

A TRAGÉDIA NOSSA DE CADA DIA: A CRISE SANITÁRIA E SEUS SIMBOLISMOS*

Luci Praun

Introdução

Na última semana de fevereiro o primeiro caso de Covid-19 foi identificado no Brasil. Em 16 de março o primeiro óbito foi oficialmente reconhecido. De lá para cá fomos tentando digerir e interpretar uma sucessão de imagens da vida sob a crise sanitária. De seu centro periférico à sua periferia da periferia, o contágio, como uma espécie de tornado foi rumando para o interior do país. Foi se espalhando e, com ele, a tragédia nossa de cada dia viu-se renovada e intensificada, assumindo contornos ainda mais dramáticos que aqueles que já conhecíamos.

Agora, estamos caminhando para o fim de maio. No momento em que escrevo este texto, no Brasil, ultrapassamos a marca, oficialmente reconhecida, de 18 mil óbitos por Covid-19. Segundo cálculos oficiais, já nos descolamos da alta marca dos 270 mil casos de contaminação pelo vírus. A curva está em plena ascensão. Os sepultamentos explodem no país, indicando o quanto os números divulgados pelas instituições governamentais encontram-se distantes da realidade.

Se esse quadro não fosse por si só dramático, seguimos diariamente sob um governo que aposta no contágio massivo e, naturalmente, na explosão de mortes. As mortes, conforme o ocupante do Planalto, devem ser entendidas como mero efeito colateral. “Infelizmente, algumas mortes terão, paciência, acontece, e vamos tocar o barco”, afirmou Bolsonaro, em 28 de março, ao referir-se aos mais velhos. Mas não parou por aí. “Outras gripes mataram muito mais que essa”, disse em 11 de março. Questionado por jornalistas sobre o aumento dos

*DOI – 10.29388/978-65-86678-07-9-0-f.111-122

óbitos, respondeu, em 20 de março: “Eu não sou coveiro, tá?”. Oito dias depois reiterou: “E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê?”.

As ações do atual governo não se limitam à violência das declarações cotidianas do chefe do executivo. Bolsonaro convoca insistente mente a volta de todos ao trabalho. Essa foi sua mensagem aos trabalhadores e trabalhadoras no último 1º de maio. E para atingir parte de seus objetivos, promove, cotidianamente, por meio de inúmeras medidas, ataques às medidas propostas por estados e municípios, inviabilizando qualquer possibilidade de política pública nacionalmente articulada e minimamente capaz de conter o avanço da pandemia e minimizar suas repercussões deletérias sobre a população, sobretudo sobre a parcela mais pobre.

Sem a pretensão de tratar sobre o conjunto de questões e dimensões implicadas na disseminação da COVID-19 no Brasil, este texto destaca cinco imagens que, ao tratarem sobre o avanço da pandemia e ou sobre medidas a ela relacionadas, assumiram posição de destaque. Todas têm em comum o fato de remeter a situações divulgadas amplamente pelos meios de comunicação de massa. Representativas do atual contexto, permitem também a transposição entre o antes e o depois da pandemia. Falam não somente da crise sanitária em si, mas da nossa trajetória histórica e dos desafios que temos pela frente.

As imagens escolhidas, portanto, não são necessariamente fotografias, mas acontecimentos que, por sua força, converteram-se capazes de se manterem de forma viva e inquietante em nossas mentes. No texto constituem-se em pontos de apoio para as reflexões propostas. A exposição não é cronológica, mas a escolha das imagens, tal como anunciado, foi intencional. O texto se organiza a partir delas.

Cleonice

A morte da trabalhadora doméstica Cleonice Gonçalves, aos 63 anos, por Covid-19, é como uma trinca sobre um vidro transparente que insistentemente se pretende ocultado. Durante o alastramento do

SARS-COV-2, muito se disse sobre o caráter democrático das pandemias, capazes de alcançar a todos sem distinções de classe, gênero, raça, idade etc. O fato de a contaminação ter ocorrido inicialmente entre pessoas do segmento mais abastado da sociedade certamente serviu para reforçar essa repetida ideia. Mas a doença e a morte não igualam a todos e todas, ainda que todos e todas possam adoecer e devam um dia morrer. Sendo a morte uma certeza imposta pela vida, esta pode ser longeava para uns e um tanto mais breve para outros. Em regra, não há acaso nos diferentes destinos.

Cleonice trabalhou a vida toda, afirmou um sobrinho seu à imprensa. Durante duas décadas, exerceu suas atividades profissionais para a mesma família, no Leblon, bairro de classe média do Rio de Janeiro. Lá, distante de sua casa, dormia de segunda à sábado. Ainda no trabalho, sentiu-se mal. Era diabética e hipertensa. Pertencia, assim como sua patroa, de 62 anos, ao chamado “grupo de risco”. Expôs-se ao vírus no trabalho, mas sem saber. Sua patroa, ciente de sua própria contaminação e dos riscos do contágio, mantinha-se reclusa em casa após o diagnóstico, mas não dispensou a doméstica de seu trabalho. Quando Cleonice tomou conhecimento da situação, já estava doente. Morreu de Covid-19, mas a patroa conseguiu curar-se. A doença e a morte não concederam à Cleonice as mesmas oportunidades que as vivenciadas por sua empregadora. É que a vida toda outras diferenças, estruturais e enraizadas, as separaram, fazendo que, de forma explícita ou não, sua saúde e sua vida gozassem de menor legitimidade social que a de sua empregadora.

No Brasil, em 2018, 6,2 milhões de pessoas, tal como Cleonice, exerciam atividade doméstica remunerada, sendo que somente 28,6% delas tinham a carteira assinada. Deste contingente, 92% eram mulheres. Entre essas mulheres, 3,9 milhões eram negras. O trabalho doméstico remunerado constitui-se, sobretudo em contextos de maior desemprego, conforme o IPEA (2019), na principal via de acesso de mulheres com baixa escolaridade ao mercado de trabalho. É também a profunda desigualdade social que favorece a uma parcela minoritária

de mulheres, com maior poder aquisitivo, terceirizar as atividades domésticas que lhes são atribuídas, fruto dos traços patriarcais que marcam a vida social, repassando-as a outras mulheres, da base da pirâmide social.

Trata-se de trabalho historicamente precário que comporta, por suas formas de reprodução, um conjunto de características que transita entre a baixa remuneração¹ e a alta informalidade (72,53% em 2020)². Ocupação laboral que priva e retroalimenta o diminuto acesso destas trabalhadoras a direitos elementares.

Pela convergência de diferentes fatores, é atividade marcada por estigmas associados ao baixo prestígio social. Trabalho tido como “braçal”, feminino, típico do espaço privado. Parte da herança deixada pela nossa trajetória escravocrata.

Esse conjunto de condições e situações do viver colocaram Cleonice e sua patroa em lugares distintos da hierarquia social, permitindo que seu direito à saúde e à vida fossem admitidos como menos relevantes que os de sua patroa. A morte de Cleonice é emblemática. Traz à tona, de forma trágica, a relação simbiótica entre as desigualdades sociais, as discriminações de gênero, os preconceitos raciais, com os adoecimentos e mortes. Em regra, vale repetir, não há acaso nos diferentes destinos que a vida vai traçando.

Cruzes azuis

À medida que o contágio foi se convertendo em comunitário, o contingente de pessoas sob tratamento por Covid-19, inicialmente composto essencialmente por egressos de viagens ao exterior e a um restrito círculo de contatos, passou, em curto espaço de tempo, a ser velozmente alimentado por moradores das periferias dos grandes cen-

¹ Conforme o IPEA (2019), a média de renda mensal das empregadas domésticas em 2018 foi de R\$877,00 abaixo, portanto, do salário mínimo à época, que equivalia a R\$954,00.

² Conforme dados da Pnad-C, janeiro-março-abril de 2020.

tos urbanos. O número de óbitos saltou e, para muitos, o medo e a insegurança ganharam forma na morte de alguém próximo.

Passamos, desde então, a conhecer nacionalmente as cruzes azuis do cemitério público de Manaus, com suas valas grandes e coletivas. Vimos também estampadas em jornais locais e de outros países as imagens aéreas das covas abertas no cemitério, também público, de Vila Formosa, em São Paulo. Com essas imagens, fomos tomando contato com o sentimento difuso dos sepultadores.

Também historicamente estigmatizados pela atividade profissional de baixo prestígio social, em meio à pandemia, os sepultadores passaram a vivenciar tanto o atributo da essencialidade como a sensação de terem se convertido em ameaça à saúde dos outros. Seguem assim, dia após dia, em seu duro e desgastante trabalho: lidar com a dor humana no momento mais difícil, o de despedir-se de quem se ama.

A morte, que em sociedades como a nossa tende a ser tratada com reserva, viu-se também, de repente, publicizada. Há mais de dois meses contamos mortos publicamente. Com ela, o medo, a dor e a interdição do luto também tornaram-se expostas. Afinal, mais que o fim de uma vida, para os que ficam, a morte leva cada um de nós a transitar entre as exigências da racionalidade dos encaminhamentos instituídos e institucionalizados, junto à intensidade da experiência subjetiva provocada pela perda.

Norbert Elias (2001), em *A solidão dos moribundos*, salienta que tanto as ideias da morte como seus rituais correspondentes compõem dimensões importantes e necessárias da socialização humana, operando, quando comuns a um grupo, como tendências integradoras. O potencial do contágio, a força da disseminação da Covid-19, agravada pela pobreza, entretanto, revolveram as convicções culturais e as práticas correntes diante da morte. Instaurou-se uma espécie de suspensão da vida, do luto, da despedida, associada a um medo recorrente diante da possibilidade do contágio. O caminho para a ampliação do sofrimento psíquico decorrente da perda alargou-se.

Não temos o direito de menosprezar a dor da perda, seja de quem for a dor. Mas é preciso dizer que o destino do corpo que morre não é o mesmo para todos. E que esse destino diferenciado, que tem a marca da desigualdade social, também acarreta sofrimento. A racionabilidade fúnebre que se instituiu, ao menos para os mais pobres, é a da cova coletiva. Para muitos, a experiência da morte de um familiar ou de pessoa afetivamente próxima tem se realizado diante de um caixão lacrado, da impossibilidade de realização de um velório, de um corpo ensacado, encaminhado sem cortejo, para a cova comum, junto a tantos outros corpos. A privacidade e o respeito à singularidade da despedida já não são possíveis.

Em Manaus, assistimos durante o mês de abril à lógica do enterro otimizado (e desumanizado). Sob o protesto dos familiares, a ideia de empilhar caixões nas covas coletivas foi enfim abandonada. Postos lado a lado na grande cova, os corpos seguem, como se o cemitério tivesse se convertido numa grande obra, cercados de tratores. São as máquinas, não a gente, que cobrem de terra os corpos marcados pela pobreza. “Quanta desumanidade!”, declarou uma jovem à imprensa. Outro, impedido de enterrar o familiar, fez uma promessa: voltar depois de tudo passar para uma despedida digna da vida de seu pai. De fato, nem a doença e nem a morte iguala a todos e todas, ainda que todos e todas possam adoecer e devam um dia morrer. Ainda que a morte desencadeie sofrimento entre os que ficam.

Com quanto de sofrimento e dor precisaremos lidar quando a epidemia atenuar? Quais outras tragédias sociais haveremos de enfrentar? Seguimos tentando driblar a doença e a própria morte submetidos à criminosa ação do governo federal.

Brasilândia

Ao analisar os dados sobre o espraiamento da epidemia em São Paulo, Estado que contabiliza os maiores índices de contágio e óbitos, Silva (2020) nos alerta sobre as armadilhas de uma leitura apressada

dos números. Conforme a autora, “os registros oficiais de casos da doença se concentram nas regiões mais ricas e centrais da cidade”, onde mora parcela da população que consegue pagar pelos testes. Entretanto, é na periferia que os casos assumem maior gravidade.

Brasilândia³ é um distrito da cidade de São Paulo que abriga mais de 300 mil habitantes. Em 2017, uma parcela significativa de seus moradores, 29,62%, tinha acesso a um rendimento mensal de até 2 salários mínimos. Outro grupo, composto por 48,42% da população local, recebia até 4 salários mínimos. Trabalhadores sem carteira assinada e autônomos somavam, na localidade, 41,4%. Entre os ocupados, quando questionados sobre a condição das atividades que desenvolviam, 8,92% afirmaram viver de “bicos”.

Brasilândia é uma região de periferia, um território atravessado pela pobreza. É também o lugar na cidade de São Paulo onde, em termos absolutos, mais óbitos, entre suspeitos e confirmados, foram registrados. Até o fim da primeira quinzena de maio, 156 pessoas da localidade morreram, um número que equivale a uma “média de 53,5 mortes para cada 100 mil habitantes” (RIBEIRO, 2020).

Regiões como Brasilândia são espaços onde a vida pulsa em meio a todas as contradições de um país marcado por abismos. Locais onde a desigualdade transcende os dados relativos à inserção no mercado de trabalho e à renda, ainda que estes sejam fatores preponderantes para sua manutenção. A vida se desenrola entre vielas e construções projetadas em direção ao céu, que revelam a busca pelo aproveitamento máximo do pouco espaço para muita gente. Tal como afirma a música dos Racionais Mc’s, “a vida é um desafio” que impõe a esses homens e mulheres a luta diária pelo acesso à água, à luz, à comida, ao direito de estudar e de viver sem ser acossado pela polícia pelo simples fato de ali estar.

³ Conforme dados sistematizados pela Rede Brasilândia Solidária. Brasilândia: condições socioeconômicas e disseminação do coronavírus. Estudo realizado pelo Observatório Social Metrópoles. Elaborado por Manoel Victor Figueiredo, com colaboração da Dra. Maria Maeno, mestre e doutora em Saúde Pública pela USP.

Quem conhece as periferias das grandes cidades entende facilmente por que nelas as vielas e as ruas estão sempre cheias de crianças correndo e brincando, de gente acelerando o passo para viver e fazer a vida. É no espaço público que a vida, em grande medida, se desenvolve. Nele se desenlaçam os inúmeros pequenos negócios. É aí também que se dá vasão a parte considerável das demandas tratadas pela classe média como privadas. É onde a vida pode respirar mais livre, burlando o espaço exíguo das casas e barracos.

Por essas e tantas outras razões, na periferia, o isolamento social encontra inúmeras barreiras para se efetivar. Todas, certamente, bem distantes das descritas por leituras reducionistas, que atribuem não efetividade da política de isolamento à deliberada desconsideração, por parte dos mais pobres, quanto aos riscos da contaminação, do adoecimento e do óbito, ainda que esse conjunto de situações tenha se tornado parte do cotidiano dessas comunidades.

Ter que optar, em meio a expansão do contágio, entre ficar nos domicílios (e proteger-se) e ir em busca de meios de sobrevivência material, pondo em risco a própria vida, definitivamente não é uma opção. A pandemia trouxe à tona nossas tragédias sociais enraizadas. Pôs em evidência os milhões de homens e mulheres que compõem o exército de desempregados, de pessoas driblam a fome fazendo “bicos”, trabalhando na informalidade, submersos na precariedade do trabalho, muitas vezes maquiada pela denominação de “autônomo”, “pequeno empreendedor” etc.

Parte da política criminosa de Bolsonaro e seus cúmplices, vale destacar, expressa-se nas inúmeras formas encontradas pelo seu governo para dificultar o acesso dessa camada de trabalhadores, posta à mercê da contaminação, ao já bastante reduzido auxílio emergencial. O desrespeito e o ultraje àqueles que enfrentam diariamente o desafio de viver é a marca desse governo.

O que o futuro reserva?

Entre as artimanhas do capital encontra-se a de transformar momentos de crise em grandes oportunidades para os negócios. Nas crises, nem todos perdem, ainda que para aqueles e aquelas que compõem a maioria, as perdas sejam sempre grandes.

A pandemia converteu-se, para o capital, em um oportuno *laboratório de precarização do trabalho*. Em paralelo ao crescente fluxo de adoecidos aos hospitais e à contagem dos óbitos, o crescem o desemprego e os milhões de acordos de suspensão do contrato de trabalho e ou redução salarial. Desenham-se e estruturam-se medidas que tendem a, pós pandemia, arrancar ainda mais direitos e fechar milhares de empregos.

É de maio de 2020 um documento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) dirigido ao Congresso Nacional que solicita, entre outras demandas, novas alterações na legislação trabalhista. A entidade pleiteia, entre outras questões, a autorização do “trabalho aos domin-gos e feriados para todos os setores e atividades”, o que incidirá fortemente no tempo dedicado ao descanso do trabalho, assim como nas formas de convívio social e familiar. Pede a isenção “de incidência de contribuição previdenciária [sobre] o aviso prévio, terço de férias”, assim como sobre “capacitações e treinamentos pagos pelo empregador;”, diminuindo ainda mais os recolhimentos à previdência pública. Solicita ainda a ampliação das “hipóteses de dupla visita orientativa da fiscalização do trabalho”, o que tende a incentivar ainda mais o desrespeito à legislação trabalhista (CNI, 2020, p. 8).

Foi também durante o mesmo mês que tomamos conhecimento, por meio de uma reportagem assinada por Thiago Domenici, que o Grupo Laureate se vale de robôs para a correção das atividades dos milhares de estudantes matriculados nos cursos que oferece no sistema EAD. A corporação, conforme anuncia em sua página, possui “mais de 875 mil alunos matriculados em cerca de 25 instituições, em aproxi-

madamente 150 campi e programas on-line”⁴. Sua presença ostensiva (e ofensiva) no setor da educação não a impediu de demitir, em meio a pandemia e após a denúncia, mais de 90 professores.

Apoiadas no discurso de proteção à vida, empresas de diferentes ramos vão de forma ofensiva, valendo-se de recursos tecnológicos para eliminar trabalho humano. Parte delas, a exemplo da companhia de eletricidade que opera em São Paulo, encontra na pandemia a oportunidade para transferir aos consumidores o trabalho até então desenvolvido por seus trabalhadores, convertendo, portanto, trabalho pago em trabalho não pago.

Essas ações, aparentemente desarticuladas, convergem para a última imagem selecionada para este texto: a da caravana ao Supremo Tribunal Federal (STF). A marcha do grupo aconteceu em 7 de maio. Acompanhado do ministro da economia, Paulo Guedes, e de um grupo de empresários, Bolsonaro foi ao Supremo pressionar pela suspensão das medidas de isolamento social adotadas por Estados e municípios. Ali estava a caravana da morte, da vida banalizada, do uso insolente de termos médicos para referir-se à “saúde” das empresas e do mercado, da violência que marca cada ação do governo.

O que torna admissível que um presidente da república trate a vida das pessoas com tamanho descaso e desrespeito? Nada. Resta-nos, portanto, agir para que a crescente e estruturada base de sustentação deste governo não vá além do que já foi.

Referências

CNI. **Propostas ao congresso nacional para a retomada do crescimento.** Maio 2020.

DOMENICI, Thiago. Após uso de robôs, Laureate agora demite professores de EAD. **Agência Pública.** Disponível em: <<https://apublica.org/2020/05/apos-uso-de-robos-laureate-agora-demite-professores-de-ead/>> Acesso em: 10 maio 2020.

⁴ O Grupo mantém página no endereço: <<https://www.laureate.net/pt/nossa-rede/>>

ELIAS, Norbert. **A Solidão dos Moribundos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

IPEA. **Texto para discussão 2528**. Brasília, novembro de 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf> Acesso em: 10maio2020.

REDE BRASILÂNDIA SOLIDÁRIA. **Brasilândia**: condições socioeconômicas e disseminação do coronavírus. Estudo realizado pelo Observatório Social Metrópoles. Elaborado por Manoel Victor Figueiredo, com colaboração da Dra. Maria Maeno, mestre e doutora em Saúde Pública pela USP.

RIBEIRO, Tayguara. Recordista de mortes por Covid em SP, Brasilândia ganha limpeza das ruas. **Agora São Paulo**, 18 maio 2020. Disponível em: <<https://agora.folha.uol.com.br/sao-paulo/2020/05/recordista-de-mortes-por-covid-em-sp-brasilandia-ganha-limpeza-das-ruas.shtml>>. Acesso em: 18 mai 2020.

SILVA, Fernanda Pinheiro da. Covid-19 no município de São Paulo: dados e Desigualdades. CAAF / UNIFESP. Mortos e mortes da Covid-19: saberes, instituições e regulações. **Boletim extraordinário CAAF / Unifesp de enfrentamento da Covid-19**, nº2, 2020, p. 4-7.

